

RELATÓRIO EXECUTIVO

BRASIL CIGANO

I SEMANA NACIONAL DOS POVOS CIGANOS

20 a 24 de Maio de 2013



Brasília, outubro de 2013

Secretaria de
Políticas de Promoção
da Igualdade Racial

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL
SECRETARIA DE POLITICAS PARA COMUNIDADES TRADICIONAIS

DILMA ROUSSEFF

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MICHEL TEMER

VICE-PRESIDENTE

LUIZA BAIROS

Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República

SILVANY EUCLÊNIO

Secretária de Políticas para Comunidades Tradicionais

BÁRBARA OLIVEIRA

Diretora de Programas

LUANA LAZZERI ARANTES

Gerentes de Projetos

Equipe Técnica

Cecília Bizerra Sousa

Cristiana dos Santos Luiz

Dênis Rodrigues da Silva

Lylia da Silva Guedes Galetti

Apoio

Isa Maria Ramos

Marcelo de Andrade Vilarino

Sistematização do Relatório

Luana Lazzeri Arantes – SEPP/IR/PR

Lylia da Silva Guedes Galetti – SEPP/IR/PR

Marcia Vasconcelos – AMSK- Brasil

Endereço

Esplanada dos Ministérios, Bloco A - 9º andar, sala 901, CEP: 70054-900 Brasília – DF, Brasil

Contatos: 55(61) 2025-7093/7100

www.presidencia.gov.br/seppir

Brasil Cigano – I Encontro Nacional dos Povos Ciganos, 20 a 24 de maio de 2013, em Brasília-DF

CRÉDITOS

Coordenação:

Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República –SEPP/PR

Organização:

AMSK/Brasil - Associação Internacional Maylê Sara Kalí

AICROM - Brasil/GO – Associação Internacional da Cultura Romani

ANEC/GO – Associação Nacional das Etnias Ciganas

APRECI/PR – Associação de Preservação da Cultura Cigana

CEDRO/SP – Centro de Estudos e Discussão Romani

Grupo Leshjae Kumpanja/AL

Realização:

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

Ministério da Cultura

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Ministério da Saúde

Ministério da Educação

Ministério do Meio Ambiente

Ministério da Defesa

Administração de Brasília - GDF

Secretaria de Desenvolvimento da Região Metropolitana- GDF

Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda- GDF

Secretaria de Governo- GDF

Secretaria de Cultura e Secretaria Especial da Igualdade Racial- GDF

Apoio:

CAESB - Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal

Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal

Defesa Civil

SUMÁRIO

I - APRESENTAÇÃO.....	8
II - CONTEXTO E ANTECEDENTES.....	9
1. Povos Ciganos no Brasil: breve contextualização.....	9
2. Antecedentes.....	10
III - CONSTRUINDO O BRASIL CIGANO - I SEMANA NACIONAL DOS POVOS CIGANOS.....	13
1. Parcerias.....	15
2. Metodologia de mobilização e critérios de participação.....	16
3. Participantes.....	17
4. Orçamento.....	19
5. Programação.....	21
6. Infraestrutura.....	24
IV - DEBATENDO POLÍTICAS PÚBLICAS: AS OFICINAS.....	26
1. Educação para a Diversidade: os Povos Ciganos.....	27
2. Busca Ativa e Cadastro Único de Programas Sociais.....	28
3. Mecanismos de Defesa dos Direitos Humanos: Disque Denúncia.....	30
4. Oficina Cidadania e Direitos Humanos.....	31
5. Oficina Saúde dos Povos Ciganos.....	31
V - AMPLIANDO A PARTICIPAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	35
1. A Conferência Livre de Cultura e a Carta de Brasília.....	35
2. A Plenária Nacional dos Povos Ciganos: rumo à III CONAPIR.....	41
VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS: AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS.....	44
Anexos	
I. Programação.....	46
II. Lista de delegados(as) da III CONAPIR.....	49

SE O CAMINHO É LONGO, NÃO SE DEVE ANDAR SOZINHO.

(José Rüter – etnia Lovara/rom – AL)

Udron ungabuti baron non astida miskuda suedu

(Romani Chib/Lingua romani – Daniel Rolin – etnia Calon – SP)

Kana te keraves o lungu drom, nastik te phirel korkoro

(Romani Chib/Lingua romani - José Rüter – etnia Lovara/rom – AL)

O drom si dur, nastik te djas korkorro

(Romani Chib/Lingua romani - Claudio Iovaninovich/Matchuaia- PR)

Cana o drom si lungu, naxtis te piras corcorro.

(Romani Chib/Lingua romani - Alexandro Castilho/Calderaxa – GO)

Suete calon guemos pra angrem

(Romani Chib/Lingua romani - Enildo Soares/Calon – PE)

I - APRESENTAÇÃO



O **Brasil Cigano – I Encontro Nacional dos Povos Ciganos** –, realizado de 20 a 24 de maio de 2013, em Brasília, reuniu cerca de 300 pessoas de comunidades ciganas das diferentes regiões do país, oriundas de 19 estados e do Distrito Federal.

Como parte da celebração do Dia Nacional dos Ciganos, 24 de maio,

instituído por decreto presidencial em 2006, o evento proporcionou aos participantes um espaço político de discussão entre entidades e comunidades ciganas e destas com instituições do poder público federal e do Distrito Federal.

Neste ambiente, foi possível aprofundar o debate sobre a pauta de reivindicações dos Povos Ciganos junto ao Estado brasileiro, com ênfase no acesso diferenciado às políticas públicas de cultura, saúde, desenvolvimento social, combate à discriminação, mecanismos de defesa dos direitos humanos e valorização das culturas ciganas. Destaca-se, por sua importância na continuidade desse debate, a realização da Plenária Nacional dos Povos Ciganos, que elegeu 30 delegados para a III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, a ser realizada de 5 a 7 de novembro de 2013.

O presente relatório tem como objetivo apresentar aos participantes do evento, instituições parceiras, lideranças ciganas e sociedade brasileira em geral, um balanço e breve avaliação do **Brasil Cigano**, destacando, entre outros aspectos, seu objetivo, a metodologia de mobilização, os recursos financeiros investidos, as atividades desenvolvidas e seus principais resultados, que consolidam uma pauta de demandas dos Povos Ciganos junto ao Estado brasileiro.



II – CONTEXTO E ANTECEDENTES

1. Povos Ciganos no Brasil: breve contextualização

Antes de sermos ciganos, nós somos brasileiros. A gente já está aqui há 449 anos. Queiram ou não, a gente fez parte da construção do Brasil.

Bárbara Piemonte – Representação Cigana no Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR) 2012/2013¹

As origens dos Povos Ciganos são, ainda hoje, objeto de estudo. Porém, a teoria mais aceita atualmente afirma que os Povos Ciganos são originários da Índia, e que começaram a se dispersar pelo mundo há cerca de mil anos.

No Brasil, o primeiro registro oficial da chegada de ciganos data de 1574: um decreto do Governo português que deportava o cigano João Torres e sua esposa Angelina para terras brasileiras por 5 anos. Atualmente, pelo menos três etnias ciganas vivem no país: Calon, Rom e Sinti. Cada uma dessas etnias tem línguas, culturas e costumes próprios.

Os Rom brasileiros pertencem principalmente aos subgrupos: Calderaxa, Matchuaia e Rudari, originários da Romênia; Rorarranê, oriundos da Turquia e da Grécia; e Lovara. Os Calons, oriundos da Espanha e Portugal, têm grande expressão em todo o território nacional. Os Sinti chegaram ao país principalmente após a 1ª e 2ª Guerra Mundial, vindos da Alemanha e da França.²

¹ Todas as falas ciganas reproduzidas neste texto como epígrafes foram proferidas durante o evento Brasil Cigano – I Semana dos Povos Ciganos, cujas sessões plenárias foram gravadas.

² AMSK-Brasil. Quem são os brasileiros e brasileiras de etnia romani?. Brasília, 2013. (mimeo).



Os dados oficiais sobre os Povos Ciganos no Brasil ainda são muito incipientes. A AMSK-Brasil – Associação Internacional Maylê Sara Kali –, analisou os dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e constatou que em 2011 foram identificados 291 acampamentos ciganos, localizados em 21 estados. Os estados com maior concentração são: Bahia (53) Minas Gerais (58) e Goiás (38). Os municípios com 20 a 50 mil habitantes apresentam a maior concentração de acampamentos. Desse universo de 291 municípios que declararam ter acampamentos ciganos em seu território, 40 prefeituras afirmaram desenvolver políticas públicas para os Povos Ciganos, o que corresponde a 13,7% desses municípios³. Em relação à população cigana total, estima-se que são mais de meio milhão no Brasil⁴.

³ AMSK-Brasil. **A importância da geração de dados sobre os Povos Ciganos no Brasil.** Brasília, 2012. (mimeo).

⁴ SOUZA, Lídio de; BONOMO, Mariana; LIVRAMENTO, André Mota do; BRASIL, Julia Alves; CANAL, Fabiana Davel. **Processos identitários entre ciganos: da exclusão a uma cultura de liberdade.** Liberabit, 2009, 15 Nro

2. Antecedentes

Depois de quase 500 anos de políticas contra os ciganos, já no século XXI, pela primeira vez o Estado brasileiro reconhece os ciganos e começa a estabelecer políticas de ação afirmativa.

Rodrigo Corrêa Teixeira, Professor PUC-MG⁵

A criação do Dia Nacional do Cigano no Brasil - 24 de maio -, através de decreto presidencial publicado em 25 de maio de 2006, é um marco importante na história das relações entre o Estado brasileiro e os Povos Ciganos, e entre estes e a sociedade. Ao longo de séculos, permaneceram praticamente invisíveis, quase sempre tratados de forma discriminatória e, não raro, como um problema de segurança pública. O estabelecimento de uma data nacional é um reconhecimento público da importância dos Povos Ciganos na formação histórica e cultural do Brasil⁶.

Nos últimos anos, as celebrações foram de cunho cultural, parte delas realizadas com o apoio do Governo Federal, objetivando dar visibilidade e divulgar as diferentes expressões culturais dos Povos Ciganos.

Em 2012, o Dia Nacional do Cigano foi celebrado com a realização da Plenária: “Políticas Públicas e Povos de Cultura Cigana”, ocorrida no dia 25 de maio de 2012, no Rio de Janeiro. A atividade, coordenada pela SEPPIR, contou com a participação de 34 lideranças ciganas das Regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, pertencentes aos subgrupos étnicos Calon, Matchuaia, Rorarranê, Calderaxa e Sibiaia. Por parte do Governo Federal, participaram: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério da Educação (MEC), Ministério da Cultura (MinC), Ministério da Saúde (MS), Secretaria de Direitos Humanos (SDH) e Instituto do Patrimônio Histórico e

⁵ Rodrigo Corrêa Teixeira é mestre em História (UFMG), doutorando em Geografia (UFMG) e professor do Departamento de Relações Internacionais da PUC/MG. Autor de *Ciganos no Brasil: uma breve história* (Editora Crisálida, 2009).

⁶ ABA - Associação Brasileira de Antropologia. “Os Ciganos e as Políticas de Reconhecimento: Desafios Contemporâneos: <http://www.abant.org.br/conteudo/000NOTICIAS/OutrasNoticias/ciganos.pdf>

Artístico Nacional (IPHAN). Também participaram estudiosos e representantes de outros movimentos sociais organizados, convidados a colaborar com o diálogo.



A Plenária: “Políticas Públicas e Povos de Cultura Cigana” gerou um quadro lógico de demandas por temas e por região⁷ – o que auxiliou o Governo Federal a definir prioridades e iniciar uma atuação mais estruturada, voltada para este segmento populacional.

A partir de 2012, portanto, as atividades referentes à celebração do Dia Nacional do Cigano ganharam um caráter de reflexão e diálogo sobre a necessidade de aprimoramento das políticas públicas em diversas áreas, para além da valorização da cultura, contribuindo para o fortalecimento dos direitos dos Povos Ciganos.

Em 2012 e 2013, a SEPPIR coordenou 17 reuniões interministeriais para articulação de políticas públicas para os Povos Ciganos. Participaram dessas reuniões o Ministério da Cultura, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério das Comunicações, Ministério das Cidades, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Políticas para Mulheres, Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Geral da Presidência da República, Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural.

⁷ O Relatório está disponível no endereço <http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/povos-de-cultura-cigana>

Estas reuniões também foram acompanhadas pela sociedade civil, através da senhora Mírian Stanescon, quando membro do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPiR)⁸ e de representantes da AMSK-Brasil – Associação Internacional Maylê Sara Kalí.

Importante ressaltar alguns marcos legais recentes que garantem direitos aos Povos Ciganos:

- ✓ Decreto de 25 de maio de 2006, que institui o Dia Nacional do Cigano, dia 24 de maio;
- ✓ Decreto nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;
- ✓ Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009, do Ministério da Saúde, que dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, e que afirma, no parágrafo único, do Art. 4º, o princípio da não discriminação na rede de serviços de saúde;
- ✓ Portaria nº 940, de 28 de abril de 2011, do Ministério da Saúde, que regulamenta o sistema do Cartão Nacional de Saúde, e que afirma a não obrigatoriedade do fornecimento do endereço de domicílio permanente no caso de população cigana nômade que queira se cadastrar;
- ✓ Parecer CNE/CEB nº 14/2011 e Resolução CNE/CEB nº 03/2012, que definem Diretrizes do Conselho Nacional de Educação para o Atendimento em Educação Escolar para a População em Situação de Itinerância;
- ✓ Inclusão no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), de marcador específico para a identificação de famílias ciganas;

⁸ A senhora Mirian Stanescon representou os Povos Ciganos no CNPiR nos anos de 2010 e 2011.

III - CONSTRUINDO O BRASIL CIGANO - I SEMANA NACIONAL DOS POVOS CIGANOS

Em pleno século XXI nós não somos reconhecidos pelas autoridades do Brasil? Isso é injustiça! E nós estamos com voz hoje para dizer às autoridades aqui presentes, como também para todos os ciganos aqui presentes, que nós também somos cidadãos, somos contribuintes, somos eleitores”.

Wanderley da Rocha – Cigano Calon-GO

O **Brasil Cigano** - I Semana Nacional dos Povos Ciganos ocorreu no período de 20 a 24 de maio de 2013, na Granja do Torto, em Brasília, e teve como objetivo fortalecer a organização e participação dos Povos Ciganos nas discussões sobre políticas públicas, valorizar e dar visibilidade à sua cultura em sua diversidade e ampliar a interlocução das lideranças tradicionais ciganas com o Estado brasileiro.

O encontro ocorreu no contexto dos esforços do Governo Federal para promover políticas públicas voltadas para a garantia da igualdade étnico-racial no país e para o combate à discriminação. Os Povos Ciganos são uma minoria étnica que durante séculos foi ignorada pelo Estado brasileiro, tendo enfrentado, ao longo da história, grandes obstáculos para acessar direitos fundamentais e exercer sua cidadania. Nesse quadro, destaca-se a sua resistência, pois, em condições tão adversas, mantiveram sua língua, seus costumes, seus modos de ser e de viver. No Brasil atual, grande parte da população cigana continua sendo vítima de constantes violações de direitos humanos, muitas vezes praticadas por agentes do próprio Estado, tornando necessário um esforço conjunto do governo e da sociedade para superar estes problemas.



1. Parcerias

O **Brasil Cigano** foi organizado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República que, para a sua concretização, estabeleceu um amplo leque de parcerias, envolvendo órgãos do Governo Federal, do Governo do Distrito Federal e da Sociedade Civil. Participaram da sua realização:

Governo Federal: Secretaria de Direitos Humanos, Ministério da Cultura, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Defesa.

Governo do Distrito Federal: Administração de Brasília, Secretaria de Desenvolvimento da Região Metropolitana, Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda, Secretaria de Governo, Secretaria de Cultura e Secretaria Especial da Igualdade Racial.

Contou ainda com a parceria dos seguintes órgãos do Governo do Distrito Federal: Secretaria da Mulher, Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, Secretaria de Saúde e Secretaria de Segurança Pública e Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB).

Pela Sociedade Civil participaram da organização as seguintes Entidades:

AMSK/Brasil - Associação Internacional Maylê Sara Kalí

AICROM - Brasil/GO – Associação Internacional da Cultura Romani

ANEC/GO – Associação Nacional das Etnias Ciganas

APRECI/PR – Associação de Preservação da Cultura Cigana

CEDRO/SP – Centro de Estudos e Discussão Romani

Grupo Leshjae Kumpanja/AL

2. Metodologia de mobilização e critérios de participação

A metodologia de mobilização e os critérios de participação na atividade foram elaborados através do diálogo entre os órgãos públicos e as entidades da sociedade civil parceiras na organização do evento⁹, considerando:

- ✓ A diversidade regional e étnica na perspectiva de se garantir a representatividade;
- ✓ A experiência sobre os processos de diálogo institucional e de formulação de políticas públicas; membros de instâncias representativas como Conselhos, Comissões e Comitês, etc;
- ✓ Novas lideranças, ou seja, aquelas que até o momento não haviam estabelecido um diálogo sistemático com o Governo, mas que já exerciam papel relevante em suas comunidades, sejam elas localizadas em pequenos ranchos e acampamentos ou distribuídas em bairros em diferentes municípios brasileiros. O convite a essas lideranças foi feito com o objetivo de ampliar o leque de representações ciganas que dialogam com o Estado e contribuir para acesso às políticas públicas.

⁹ Importante destacar que as entidades parceiras na organização do evento contemplam a diversidade regional e étnica, na medida em que atuam no centro-oeste, sul, sudeste e nordeste, e são lideradas pelos grupos Calon, Rom-Calderaxa, Rom-Matchuaia e Rom-Lovara. Destaca-se o trabalho realizado pela AMSK-Brasil na mobilização, localização e identificação das lideranças ciganas.

O trabalho de montagem da lista de participantes demandou um intenso trabalho de mobilização e sensibilização das lideranças ciganas, protagonizado pela AMSK-Brasil e pela SEPPPIR, com apoio das demais organizações da sociedade civil.

Alguns obstáculos logísticos foram identificados nesta etapa de mobilização como:

- ✓ A dificuldade para custear o deslocamento das lideranças de comunidades que vivem em situação de extrema pobreza e distantes dos aeroportos inviabilizou algumas participações;
- ✓ A vivência familiar que, em alguns casos, a presença de lideranças apenas seria possível caso toda a família pudesse estar no evento;
- ✓ A dificuldade de comunicação, pois em muitas comunidades, não há acesso à internet. Assim, quase todo o levantamento de informações foi realizado através de contato telefônico com lideranças, o que demandou muito tempo e esforço da equipe organizadora.

O processo de mobilização é parte da estratégia mais ampla de fortalecimento institucional da organização dos Povos Ciganos no Brasil, na perspectiva de promoção da cidadania, garantia de direitos e acesso às políticas públicas.

3. Participantes

Participaram do evento cerca de 300 ciganos de diversas etnias, oriundos de 19 estados e Distrito Federal. Foram cadastradas no sistema de inscrição 259 pessoas. Cerca de 60 pessoas, portanto, entre gestores públicos e sociedade civil, estiveram presentes no evento mas não fizeram suas inscrições, provavelmente em função do atraso na montagem da estrutura de credenciamento no primeiro dia do evento; e também pela dificuldade própria dos ciganos para informar sobre endereço e número de documentos, considerando a condição de itinerância e a dificuldade para a emissão de documentação civil. Historicamente, e ainda hoje, o ato de identificação é visto com receio e insegurança pelos ciganos, pois, não raro, pode resultar em perseguição, prisão e expulsão da área do município em que eventualmente estejam acampados. Em muitos casos, apenas o chefe de família fez o credenciamento, conforme levantamento realizado durante o acampamento pela AMSK.

Participaram do encontro representações das seguintes entidades da Sociedade Civil:

- 1- Associação Cigana Calons do Extremo Sul da Bahia – ACCESB/BA;
- 2- Grupo Leshjae Kumpanja/AL;
- 3- Associação dos Ciganos de Pernambuco - ACIPE/PE;
- 4- Associação das Etnias Calons do DF e Entorno - ACEC/DF;
- 5- Associação Internacional Maylê Sara Kalí- AMSK- Brasil/DF;
- 6- Associação Internacional da Cultura Romani- AICROM- Brasil/GO;
- 7- Associação Cigana das Etnias Calons do Estado de Goiás - ACEC/GO;
- 8- Associação Nacional da Etnias Ciganas – ANEC/GO;
- 9- Associação da Cultura Cigana do Estado de São Paulo/SP;
- 10- Associação Centro de Estudos e Discussões Romani – CEDRO/SP;
- 11- Associação Cultural Ananke Cigana – Guarulhos/SP;
- 12- Conselho Ativo Latente de Ordem Nômade CALON/SP;
- 13- Instituto de Apoio e Desenvolvimento à Cultura Cigana no Brasil – IADESC/ RJ;
- 14- União Cigana do Brasil/RJ;
- 15- Furia Gitana Diversidade Cultural/ RJ;
- 16- Fundação Santa Sara Kali /RJ;
- 17- Grupo Cultural Encanto Cigano/RJ;
- 18- Associação Guiemos Kalon –AGK/MG;
- 19- Associação Cigana Unidos Kalons – ACUK/ES;
- 20- Associação Mulheres Ciganas /RS;
- 21- Associação do Centro de Referência Cigana /SC;
- 22- Associação de Preservação da Cultura Cigana – APRECI/ PR.



4. Orçamento

A realização do **Brasil Cigano** – I Encontro Nacional dos Povos Ciganos – demandou investimentos de um pouco mais de quinhentos mil reais, distribuídos entre órgãos do Governo Federal e do Governo do Distrito Federal, conforme detalhamento abaixo:

TOTAL DE RECURSOS	
Governo Federal	R\$ 502.591,06
Governo do Distrito Federal	R\$ 52.472,75
AMSK/Brasil	R\$ 3.520,00
TOTAL	R\$ 558.583,81

GOVERNO FEDERAL			
Órgão	Despesa	Valor	Total
MEC	Deslocamento aéreo de participantes	8.523,40	8.523,40
SEPIR	Deslocamento aéreo de participantes	39.991,45	318.894,42
	Infraestrutura, hospedagem, criação gráfica	278.902,97	
MinC	Alimentação, cerca e impressão de materiais	175.173,24	175.173,24
	TOTAL		502.591,06

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL			
Órgão	Despesa	Valor	Total
SEDEST	Banheiros Químicos	1.872,75	1.872,75
Secretaria de Cultura	Chuveiros Elétricos	7.800,00	42.800,00
	Cachês Para Show Artístico	35.000,00	
SEPIR	Chuveiros Elétricos	7.800,00	7.800,00
	TOTAL		52.472,75

AMSK/Brasil			
Despesa	Valor	Total	
Deslocamento da comunidade cigana de Mambaí-GO	R\$3.520,00	R\$3.520,00	

5. Programação



A programação oficial do **Brasil Cigano** – I Semana Nacional dos Povos Ciganos, apresentada em anexo, foi amplamente debatida e buscou garantir espaços de diálogo entre as lideranças ciganas e fortalecer o diálogo do Estado com as mesmas. Os temas foram definidos a partir das prioridades demandadas pelos Povos Ciganos ao Governo Federal e sua abordagem envolveu os órgãos responsáveis por cada uma das pautas, no formato de oficinas de acesso às políticas públicas, relatadas no item IV, a seguir.

O tema do fortalecimento e valorização da cultura cigana foi tratado na Conferência Livre de Cultura, sob responsabilidade da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura. A Plenária Nacional dos Povos Ciganos consolidou propostas e elegeu os delegados ciganos que participarão da III Conferência Nacional de Igualdade Racial – III CONAPIR (ver item V deste Relatório).

É relevante destacar que a abertura e o encerramento foram momentos expressivos da programação. Estes momentos evidenciaram a ampla articulação institucional que permitiu a realização do evento e deram visibilidade tanto à manifestação de lideranças ciganas em prol de seus direitos, quanto ao

compromisso das autoridades com a valorização desta pauta na perspectiva da inclusão social e do enfrentamento à discriminação contra os Povos Ciganos.

Participaram da mesa de abertura as seguintes autoridades:

- ✓ Luiza Bairros – Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;
- ✓ Dr. Aurélio Veiga – Procurador Federal dos Direitos do Cidadão;
- ✓ Dra. Deborah Duprat – Vice-Procuradora Geral da República à época, e Coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão sobre Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais do Ministério Público Federal;
- ✓ Gabriel Rocha – Secretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal;
- ✓ Lurdinha Rodrigues – Coordenadora de Diversidade da Secretaria de Articulação Institucional e Ações Temáticas da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal;
- ✓ Daniel Castro – Assessor da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura;
- ✓ Wanderley da Rocha – Cigano, representante da Associação Nacional das Etnias Ciganas;
- ✓ José Ruitter Cerqueira Júnior – Cigano, representante do povo Leshjae;
- ✓ Veridiano Custódio – Secretário Especial de Promoção da Igualdade Racial do Distrito Federal;
- ✓ Hamilton Pereira – Secretário de Cultura do Distrito Federal.

Da solenidade de encerramento do evento participaram as seguintes autoridades:

- ✓ Silvany Euclenio – Secretária de Políticas Para Comunidades Tradicionais- SECOMT/SEPPIR-PR
- ✓ Márcia Rollemberg – Secretária de Cidadania e Diversidade Cultural - SCDC/MinC
- ✓ Alessandro Castilho – Cigano Rom – Calderaxa- GO
- ✓ Elias Alves da Costa – Cigano Calon - DF
- ✓ Moredison Ramos Cordeiro – Subsecretário de Ações Afirmativas e Comunidades Tradicionais – SEPIR/DF

- ✓ Maria Auxiliadora Lopes – Coordenadora Geral Substituta de Educação para as Relações Étnico-Raciais - SECADI/ MEC
- ✓ Patrícia Bocheschi – Coordenadora da Secretaria Nacional de Promoção de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos / Presidência da República – SNPDPH/SDH

Também estiveram presentes a Senadora Ana Rita Esgário (PT-ES) e a Deputada Federal Érika Kokay (PT-DF). Na qualidade de presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, a Senadora Ana Rita Esgário visitou o acampamento instalado no local do evento, dialogou com lideranças e recebeu demandas. É importante mencionar que no dia 29 de maio de 2013, a Senadora Ana Rita realizou pronunciamento no Plenário do Senado Federal sobre a importância do **Brasil Cigano** e reafirmou seu compromisso e o da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal com esta pauta¹⁰.

Na solenidade de abertura, a Ministra Chefe de Estado da SEPPIR, Luiza Bairros, lançou o “Guia de Políticas Públicas para Ciganos”, publicação cuja elaboração foi coordenada pela SEPPIR, e visa a subsidiar os gestores públicos e as lideranças ciganas sobre as políticas públicas federais existentes e que respondem às principais demandas deste segmento da população, bem como sobre a forma de acessá-las.

O evento contou também com diversas atividades culturais ao longo da semana, valorizando a diversidade da presença cigana no país, dos diferentes estilos de música, dança, indumentárias e artesanato, retratados numa exposição fotográfica (AMSK- Brasil e MinC); na encenação para alunos e alunas de escolas do DF da peça Teatral *Lendas Ciganas*; no espetáculo de Neiva Camargo e Cláudio Iovanovitchi (APRECI-PR), e nas apresentações musicais e de dança, especialmente no show de encerramento.

¹⁰ Pronunciamento da Senadora Ana Rita Esgário disponível em:
<http://www.senado.gov.br/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=399799>

As crianças ciganas também foram contempladas com diversas oficinas culturais, como a Oficina de Desenho realizada na manhã do dia 22 de maio, na tenda da AMSK/Brasil, sob a coordenação da Professora Maria Olga Ribeiro, quando foram incentivadas a desenhar sobre o seu cotidiano.

Destaca-se, ainda, a pertinência e importância dos serviços disponibilizados ao longo do evento: a emissão do cartão SUS e o atendimento no posto de saúde da Granja do Torto, articulados pelo Ministério da Saúde; o levantamento de necessidades e oferta de orientações quanto à documentação básica, articulada pela Secretaria de Direitos Humanos; e a coleta de informações e denúncias por parte do Ministério Público Federal. Esses serviços viabilizaram ações concretas e tiveram ampla aceitação do público cigano participante do evento.



6. Infraestrutura

O ponto central do evento foi o acampamento cigano com capacidade para alojar 220 pessoas, montado numa área ao lado do espaço de realização das oficinas, palestras e plenárias. Com a parceria do Corpo de Bombeiros, Defesa Civil e Ministério da Defesa, foram viabilizadas barracas, banheiros químicos e pontos de luz, disponibilizados de forma circular, com um grande pátio central. As principais razões que motivaram a montagem do acampamento foram: (i) ampliar a participação de lideranças ciganas e suas famílias no evento, (ii) dar visibilidade a uma característica marcante das comunidades ciganas e (iii) propiciar a interação entre as diferentes comunidades ciganas e entre os subgrupos étnicos Rom e Calon.

Esta estrutura possibilitou a continuidade das atividades entre os ciganos, após o término da programação oficial. Ocorreram muitas reuniões e cantorias ao longo das noites. No entanto, ao mesmo tempo em que a reunião de diferentes famílias e subgrupos étnicos possibilitou a troca e a interação intensa, situações de tensões e disputas foram afloradas, fruto da própria dinâmica interna da relação entre as diferentes etnias ciganas. Entretanto, as combinações prévias pactuadas com todas as lideranças possibilitaram a rápida mediação e resolução dos problemas, e garantiram a segurança e bem-estar das pessoas.

A logística para garantir a estrutura do acampamento foi complexa e representou um grande desafio para os organizadores. Afinal, esta foi a primeira vez que se montou um acampamento cigano dessa magnitude para debater acesso às políticas públicas.

A maioria das pessoas que acamparam vieram para Brasília-DF por conta própria, em alguns casos, com representantes de quatro gerações de uma mesma família. As lideranças que tiveram passagem aérea emitida pelo Governo Federal vieram sem a família e ficaram hospedadas em ambiente hoteleiro.

A avaliação final da montagem do acampamento no âmbito do **Brasil Cigano**, por parte do Governo Federal, é positiva. Considera-se que os avanços e amadurecimentos gerados ao longo da semana

estão diretamente ligados à ambientação estratégica proporcionada pelo modelo acampamento, que também possibilitou vários entendimentos, deliberações e articulações entre as entidades ciganas nos contextos extra-oficiais.

IV - DEBATENDO POLÍTICAS PÚBLICAS: UM RESUMO DAS OFICINAS

Com licença, sou cigano, sou cidadão brasileiro e tenho tanto direito de ter acesso à saúde, à educação, ao transporte de qualidade, saneamento básico do que você que está aí. E não é o seu pré-julgamento sobre mim que vai dizer onde eu posso ou não posso ir.

José Ruite Vasconcelos Cerqueira Junior – Cigano Rom- AL

As Oficinas realizadas durante o Brasil Cigano tiveram como objetivo apresentar e debater com os participantes as principais diretrizes das políticas de Educação, Saúde, Direitos Humanos e o Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal. Estas Oficinas funcionaram como um importante espaço para as lideranças ciganas dialogarem com os órgãos responsáveis por essas políticas públicas sobre suas principais dificuldades para acessá-las. Ao final de cada Oficina foram registrados as demandas, propostas e encaminhamentos. A seguir um resumo das Oficinas realizadas:



1. EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE: OS POVOS CIGANOS

Instituição responsável: Ministério da Educação - MEC

Data: 21/05/2013

Nº de participantes: não informado

Duração: 2 horas

Coordenação: Macaé Evaristo (Secretária) e Bárbara Rosa (Assessora Técnica) - Secretaria Nacional Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/ MEC

Objetivos: Apresentar as Diretrizes para o Atendimento de Educação Escolar para Populações em Situação de Itinerância (Parecer CNE/CEB nº 14/2011 e Resolução CNE/CEB nº 03/2012), identificar e debater os principais problemas que atingem as populações ciganas na área da educação.

Principais Apontamentos:

- ✓ Inexistência de dados educacionais sobre a população cigana para subsidiar políticas educacionais; necessidade de um recorte sobre ciganos nos dados do Censo Escolar;
- ✓ Analfabetismo entre ciganos e ciganas; necessidade de dar destaque à educação de jovens e adultos;
- ✓ Preconceito e discriminação no ambiente escolar contra a cultura cigana e constrangimentos às crianças nas escolas;
- ✓ Inexistência de material didático que valorize a cultura cigana.

Encaminhamentos:

- ✓ Construir um mecanismo de identificação da população cigana nas escolas;
- ✓ Elaborar e implementar programas e ações de Alfabetização das populações ciganas;
- ✓ Programas de alfabetização no Ensino de Jovens e Adultos para Povos Ciganos;
- ✓ Política de combate ao preconceito e valorização dos Povos Ciganos nas escolas;
- ✓ Inclusão de conteúdo sobre os Povos Ciganos em livros didáticos e no calendário escolar;
- ✓ Formação para professores com participação de lideranças ciganas na elaboração e aplicação dos conteúdos;

- ✓ Monitoramento da rede pública e privada de ensino quanto aos conteúdos sobre os Povos Ciganos nos materiais didáticos;
- ✓ Intensificação das ações nos municípios e estados para efetiva aplicação da Resolução nº 03/2012 do CNE/CEB;
- ✓ Produção de cartilha sobre as diretrizes curriculares para educação cigana e encaminhamento às associações representativas participantes do evento Brasil Cigano para divulgação;
- ✓ Estabelecimento de comissão formada por cinco pessoas para diálogo com o MEC, considerando a diversidade étnica e regional.

2. BUSCA ATIVA E CADASTRO ÚNICO DE PROGRAMAS SOCIAIS

Instituição responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS

Data: 21/05/2013

Número de participantes: 10

Duração: 2 horas

Coordenação: Denise Direito, Gabriel Domingues e Rafael Moreira – Secretaria Nacional de Renda de Cidadania/ MDS.

Objetivos: Apresentar o Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), identificar dificuldades para cadastramento de famílias ciganas, orientar os participantes sobre os procedimentos de cadastro.

Principais Apontamentos:

- ✓ Os participantes mencionaram questões que impactam sobre seus direitos e qualidade de vida: baixa escolaridade, discriminação sofrida nas escolas; violência policial nos municípios, em decorrência de problemas fundiários; atividades artísticas e artesanais geram baixa remuneração;
- ✓ Racismo institucional e dificuldade de relacionamento com os gestores municipais, o que inviabiliza a garantia de direitos e o acesso aos programas sociais;
- ✓ Pessoas oportunistas que se colocam como interlocutoras dos ciganos no diálogo com o governo, sem o respaldo comunitário.

Apresentação de ações do governo e encaminhamentos:

- ✓ O representante da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ary Barroso, informou sobre ações de fomento econômico voltadas à autogestão comunitária e ao associativismo como opções de geração de renda para os Povos Ciganos;
- ✓ Apresentação do Cadastro Único, com destaque para Povos Ciganos, identificados de forma diferenciada neste instrumento, desde que enquadrados no perfil de renda. A Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc/MDS) tem planejado materiais informativos e mantido contato diretamente com as gestões municipais do cadastro prestando orientações no intuito de dirimir

dúvidas sobre o cadastramento de famílias ciganas e de outros grupos que exigem um processo diferenciado de abordagem, em razão de suas especificidades étnicas e culturais;

✓ Apresentação dos dados sobre famílias ciganas já cadastradas, quanto à escolaridade, renda e localização no território nacional. Verificou-se que o cadastramento de famílias ciganas, embora baixo (1.347 em todo país), espelha os dados da pesquisa MUNIC 2011 (IBGE).



3. MECANISMOS DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS: DISQUE DENÚNCIA

Instituições: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR; Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial do Distrito Federal- SEPIR/DF e Secretaria de Justiça do DF;

Data: 21/05/2013

Número de participantes: 37

Duração: 2 horas

Responsáveis pela atividade: Bruno Nascimento – Ouvidoria/SDH; Jacira da Silva e Ana Ires (SEPIR/DF)

Objetivos: Apresentar e dialogar sobre o funcionamento dos mecanismos de defesa dos direitos humanos mantidos pela SDH/PR (Disque 100) e SEPIR/DF (Disque Racismo), para receber, acolher e acompanhar denúncias de agressões aos direitos humanos e de práticas discriminatórias étnico-raciais.

Principais Apontamentos:

- ✓ Situações em que o Disque 100 e o Disque Racismo devem ser acionados;
- ✓ Procedimentos da SDH/PR e da SEPIR/DF em relação às denúncias feitas através do Disque 100 e Disque Racismo;
- ✓ Registro, durante a Oficina, de denúncias de discriminação.

4. OFICINA CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Instituições: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH; Secretaria de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República SEPIR e Secretaria de Justiça do Governo do Distrito federal - GDF

Data: 24/05/2013

Número de participantes: não informado

Duração: 2 horas

Responsáveis pela atividade: João Alves, SDH.

Objetivo: Esclarecer e orientar os participantes sobre a importância da documentação básica para a promoção da cidadania, direitos humanos e acesso às políticas públicas e sobre os procedimentos para emissão desta documentação.

Principais Apontamentos e Encaminhamentos:

- ✓ Levantamento da situação das pessoas acerca de documentação básica (RG, CPF e RCN). Foi constatado que, entre as pessoas sem registro de nascimento, algumas não sabiam se já haviam feito este documento anteriormente. Também se constatou várias pessoas com perfil para fazer Registro Tardio.
- ✓ Todos os participantes foram orientados sobre o quê e como fazer para ter acesso aos documentos básicos: Registro de Nascimento, inclusive o tardio, Registro de Identidade – RG e CPF.

5. OFICINA SAÚDE DOS POVOS CIGANOS

Instituições: Ministério da Saúde; AMSK, GDF

Data: 24/05/2013

Número de participantes: 52

Duração: 2 horas

Responsáveis pela atividade: Álvaro Bezerra/MS e Elisa Costa/AMSK-Brasil

Objetivos: Propiciar discussão sobre os principais problemas enfrentados pelas comunidades ciganas no acesso aos serviços de saúde e divulgar informações sobre cuidados básicos à saúde.

A Oficina *Saúde dos Povos Ciganos* foi realizada em dois grupos, divididos por sexo, com o objetivo de favorecer a abordagem dos temas e propiciar um espaço mais acolhedor para as discussões sobre a saúde dos homens e das mulheres. Apresentaremos, a seguir, separadamente, o relato sobre as discussões de cada um dos grupos.

Grupo de discussão sobre Saúde das Mulheres

Número de Participantes: 30 mulheres

Responsáveis: Ministério da Saúde – MS e AMSK-Brasil

Principais Pontos Elencados:

- ✓ Principais dificuldades: deslocamentos entre os acampamentos/residências até os postos de saúde; compreensão das orientações médicas; ter acesso imediato, quando necessário, a médicos, remédios e exames;
- ✓ Perda dos conhecimentos tradicionais de promoção da saúde, como do uso de plantas medicinais;
- ✓ 12 das 30 mulheres presentes relataram o uso de medicamentos antidepressivos;
- ✓ Algumas mulheres relataram ter vergonha de procurar os postos de saúde. Em muitos casos, há a proibição de irem sozinhas ao hospital ou de serem atendidas por médicos do sexo masculino;
- ✓ A maioria das mulheres afirmou conhecer exames ginecológicos preventivos, como o “Papanicolau”. Porém, há receio em realizar o exame, por desconhecerem seus objetivos;
- ✓ Para a maioria das mulheres ciganas a utilização de contraceptivos não é uma realidade muito presente e próxima em seu cotidiano, pois há a compreensão, bastante disseminada, de que ter filhos é o maior presente que uma mulher pode receber, uma dádiva;
- ✓ Recorrência de casos de diabetes em suas famílias, o que pode ser um indicador de problemas nutricionais;
- ✓ Saúde Bucal: a discussão deste tema permitiu levantar a percepção das mulheres ciganas sobre os cuidados necessários para manter sua saúde bucal e de suas crianças. Há diferentes percepções, dependendo do grupo étnico, renda e local de procedência (estados, áreas rurais e urbanas). No geral, constatou-se que a odontologia é uma área da saúde muito distante da realidade da maioria das comunidades ciganas. Ficou evidente a insuficiente, quando não inexistente, oferta de serviços preventivos referentes à saúde bucal na maioria dos acampamentos.

Recomendações:

- ✓ A capacitação das mulheres ciganas como multiplicadoras em relação aos cuidados com a saúde no âmbito de suas comunidades é uma estratégia que pode gerar bons frutos, pois são elas as responsáveis pela saúde e bem estar de suas famílias;
- ✓ Os profissionais de saúde precisam conhecer melhor a realidade das mulheres ciganas, e estas precisam compreender a dinâmica do atendimento à saúde na perspectiva de que possam protagonizar as ações de saúde;
- ✓ Formar agentes comunitários de saúde dentro das próprias comunidades ciganas;
- ✓ Elaboração de modelo de atenção à saúde que efetivamente chegue aos domicílios das famílias ciganas;
- ✓ Mapeamento dos locais para criação de estruturas que promovam o diálogo entre servidores de saúde e comunidades ciganas;
- ✓ Ação voltada para capacitar agentes comunitários de saúde sobre as especificidades das comunidades ciganas;
- ✓ Ministério da Saúde deve promover comunicação direta com os serviços de saúde dos 291 municípios com acampamentos ciganos em seu território (Dados do IBGE / 2010), no sentido de alertá-los para o cumprimento da legislação, especialmente: Portaria nº 940, de 28 de abril de 2011, que regulamenta o Sistema do Cartão Nacional de Saúde e afirma, em seu § 1º, do Art. 23, a não obrigatoriedade de comprovação de endereço para acessar o Cartão SUS, no caso de “ciganos nômades e moradores de rua” e a Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009, que dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, e cujo Parágrafo Único, do Art. 4º, afirma: “É direito da pessoa, na rede de serviços de saúde, ter atendimento humanizado, acolhedor, **livre de qualquer discriminação, restrição ou negação em virtude de** idade, raça, cor, **etnia**, religião, orientação sexual, identidade de gênero, condições econômicas ou sociais, estado de saúde, de anomalia, patologia ou deficiência...”.

Grupo de discussão sobre Saúde dos homens

Participantes: 15

Responsável: Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa – SEGEP e Secretaria de Atenção à Saúde –SAS do Ministério da Saúde

Coordenação: Álvaro Bezerra (SGEP/MS) e Daniel Costa Lima (SAS/MS)

Principais pontos elencados:

- ✓ Aproximar equipes de Saúde da Família e Atenção Básica das lideranças ciganas para a construção de uma agenda comum, com o desenvolvimento de ações de Atenção Básica nos acampamentos, respeitando as particularidades étnicas e culturais desta população;
- ✓ Visitas periódicas das equipes de Saúde da Família aos acampamentos para esclarecerem as dúvidas, fazerem os encaminhamentos necessários ou mesmo para levantarem necessidades de cuidados com a saúde, que surgem a partir da própria estrutura precária dos acampamentos;
- ✓ Despreparo por parte dos profissionais de saúde, que, por desconhecerem a cultura cigana, não respeitam a hierarquia existente no acampamento. Assim, é importante garantir o contato prévio com as lideranças locais para explicar o processo de trabalho que será desenvolvido;
- ✓ Inexistência do hábito, entre os ciganos, como ocorre com a população masculina de maneira geral, de buscar os serviços de saúde de forma preventiva. Dos quinze presentes somente dois afirmaram ter procurado o serviço de saúde no último ano. Informaram que os homens ciganos só buscam o médico/serviço de saúde quando já estão muito doentes e, na maior parte dos casos, as doenças já estão bastante avançadas, restando somente a cirurgia ou a morte;
- ✓ Necessidade do uso do preservativo como método seguro para prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST/AIDS), hepatites virais e como método contraceptivo; de aumentar os cuidados com a higiene pessoal, inclusive da genitália; de evitar os perigos da automedicação;
- ✓ Alcoolismo e tabagismo: necessidade de tratamento profissional; importância do apoio da família;

- ✓ Realizar rodas de conversa, com a participação de todos os ciganos, para falar sobre os principais problemas de saúde e a prevenção das doenças, e que os participantes possam levar estas informações para os acampamentos, principalmente para aqueles que não sabem ler, como a necessidade de alimentação saudável para manutenção da saúde no acampamento;
- ✓ A equipe do MS está produzindo materiais informativos para as equipes de Saúde da Família sobre como abordar a saúde do homem para distribuição em todas as unidades de saúde do país. Assim, os médicos enfermeiros, agentes comunitários e técnicos de enfermagem poderão qualificar o atendimento dos homens ciganos, levando em consideração seus hábitos e cultura. Estes materiais também abordarão, conforme previsto na legislação, a garantia ao atendimento sem a necessidade de apresentação de documentação comprovante de residência.



V - AMPLIANDO A PARTICIPAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

1. A Conferência Livre de Cultura e a Carta de Brasília

A minha fonte de conhecimento é a minha dança, a minha arte, a minha cultura e a minha música.

Plenária Cigana - fala não identificada

Instituição: Ministério da Cultura - MinC

Data: 22/05/2013

Nº de participantes: 80

Duração: 8 horas

Responsável pela atividade: Ana Maria Angela Bravo Villalba – assessora técnica

Palestrante: Márcia Rollemberg – Secretária da Cidadania e da Diversidade Cultural/MinC;

Moderadora: Selma Maria Santiago Lima - Secretária da Economia Solidária/MinC

Equipe: Pedro Domingues Monteiro Júnior – coordenador;

Ana Maria Angela Bravo Villalba – assessora técnica;

Felipe Galiza (relato/tarde e suporte técnico);

Aline Romão Mesquita (suporte técnico e registro da Carta de Brasília);

Beatriz Peretti (registro de presença);

Marina Silveira (registro de presença);

Voluntários: Marcos Rogério Cruz (observador/mediador);

Igor da Rocha (relato manhã);

Objetivo: Levantar propostas para a Conferência Nacional de Cultura.

Contexto:

A Conferência Livre de Cultura no âmbito do Brasil Cigano reafirma o reconhecimento do MinC à contribuição dos Povos Ciganos para a diversidade cultural brasileira e o seu compromisso de promover e concretizar os direitos desses povos à cidadania cultural.

Desde 2005 o MinC desenvolve articulações com órgãos federais e estaduais, no âmbito de Conselhos e Comissões, e vem realizando esforços conjuntos para a oferta de alternativas para a promoção, difusão e valorização das culturas ciganas, por intermédio de ações que beneficiem diretamente o segmento, criando assim oportunidades para que assumam definitivamente seu lugar de participação na produção e na identidade cultural brasileira.

Com essa perspectiva, foi instituído, em 2006, o Grupo de Trabalho para as Culturas Ciganas (Portaria nº 2 de 17/01/2006), cuja missão é discutir e propor políticas de cultura que contemplem os anseios e as singularidades das culturas ciganas, a promoção da inclusão sociocultural, por meio de ações para integração, visibilidade e acessibilidade das atividades e dos produtos artístico-culturais específicos das comunidades ciganas. O GT reúne representantes dos Povos Ciganos, de entidades públicas e da sociedade civil organizada para trabalhar em favor da construção de uma política pública para as culturas ciganas.

Como resultado dos trabalhos desenvolvidos por este GT, iniciativas importantes foram promovidas pelo MinC, tais como: Carta *Referendum* Encaminhada aos Prefeitos Municipais (2006/2007); Oficina de Capacitação sobre Projetos Culturais e Mecanismos de Incentivo à Cultura para Multiplicadores Ciganos (2007); Oficinas locais preparatórias para os editais do Prêmio Culturas Ciganas; Editais Públicos – Prêmio Culturas Ciganas (2007 e 2010); Apoio institucional às comemorações do Dia Nacional do Cigano.

A atuação do MinC junto aos Povos Ciganos, inclusive a realização da Conferência Livre de Cultura e a parceria com a SEPPIR no contexto Brasil do Cigano – I Encontro Nacional de Povos Ciganos – está amparada em legislação internacional ratificada pelo Brasil, em especial a Convenção 169 da OIT e a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da UNESCO. No contexto da legislação nacional, destacam-se, como marcos legais, o Decreto nº 6.040, de 07/02/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT; o Estatuto da Igualdade Racial, instituído pela Lei nº 12.288, de 20/07/2010; o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3); o Plano Nacional de Cultura – 2010. Além disso, a

realização da Conferência Livre de Cultura dos Povos Ciganos dialogou com deliberações da I e II Conferências Nacionais de Cultura, realizadas, respectivamente, em 2005 e 2010.

A Secretária da Cidadania e da Diversidade Cultural do MinC, Márcia Rollemberg, fez uma exposição sobre reconhecimento dos Povos Ciganos como parte da diversidade cultural brasileira; histórico da atuação do MinC junto aos Povos Ciganos; prioridades do Sistema Nacional de Cultura – propostas e ações até 2016; importância da Conferência Livre de Cultura dos Povos Ciganos para qualificar a atuação dos representantes dos ciganos na III Conferência Nacional de Cultura. Quanto a este último ponto, a Secretária sugeriu as seguintes questões para orientar o debate: i) Como os Estados e Municípios podem ser inseridos na implementação de ações para os Povos Ciganos, dentro do programa Cultura Viva? Como avançar na estruturação da participação social? Como qualificar o Programa para o desenvolvimento de uma Rede de Culturas Ciganas? Quais os principais critérios para a criação de uma Rede de Culturas Ciganas?

Foram debatidos os seguintes itens:

- ✓ Necessidade de informar aos gestores municipais sobre os programas e ações do Governo federal, pois muitos desconhecem ou ignoram as iniciativas de criação de projetos culturais para ciganos;
- ✓ Necessidade de criar mecanismos para evitar que entidades não representativas das comunidades ciganas consigam acessar políticas públicas específicas;
- ✓ Garantir retorno das pesquisas sobre ciganos para as comunidades;
- ✓ Criar uma metodologia, no âmbito do Prêmio Cultura Cigana, para qualificar quem é cigano e quem não é e garantir que pessoas não ciganas não se apropriem de tal premiação;
- ✓ Os ciganos devem contar a sua própria história e não deixar essa tarefa a não ciganos.

Ao final da Conferência Livre de Cultura foi elaborada a Carta de Brasília que apresenta as principais demandas identificadas pelas lideranças ciganas presentes, cujo texto integral está reproduzido a seguir:

CARTA DE BRASÍLIA

Nós, representantes das comunidades ciganas, reunidos na I Semana Nacional dos Povos Ciganos, em 22 de maio de 2013, durante a Conferência Livre de Cultura, apresentamos as propostas abaixo para subsidiar as políticas públicas de cultura para o segmento:

- ✓ Oferta de oficinas de qualificação artística para jovens com as manifestações ciganas – músicas, dança, etc.;
- ✓ Promoção de editais com inscrições para pessoas jurídicas e pessoas físicas, com certificado de veracidade emitido pelas associações;
- ✓ Meios de garantia de que as produções culturais/acadêmicas que bebem na fonte da cultura cigana retornem com algum benefício para estas comunidades;
- ✓ Garantir que os espaços públicos para as comunidades ciganas não sejam somente nas periferias das cidades;
- ✓ Elaborar uma Carta da Ministra da Cultura a todos os municípios, ressaltando a importância da cultura cigana e o apoio a este povo;
- ✓ Que a cultura cigana torne-se patrimônio imaterial;
- ✓ Auxílio para que o Museu Itinerante Cigano torne-se Ponto de Cultura;
- ✓ Garantir cotas para as minorias étnico-culturais nos editais do MinC;
- ✓ Garantir que representantes indicados pelas associações dos Povos Ciganos participem dos processos de construção dos prêmios ou outras ações – participar da elaboração, das comissões, consultorias, etc.;
- ✓ Que seja elaborada uma política de apoio aos Artistas de Rua;
- ✓ Que o MinC busque o conhecimento, o reconhecimento e o incentivo da produção cultural dos Povos Ciganos em todos os seus segmentos;
- ✓ Facilitar a apresentação de projetos para participar de editais através de oficinas, consultores, agentes culturais e inscrição oral;
- ✓ Que os formulários do Ministério da Cultura identifiquem se a proposta é de cultura cigana, nos moldes das culturas afro e indígena;
- ✓ Disponibilizar os produtos feitos pelos premiados dos editais de cultura cigana já lançados e publicar o registro desses prêmios;
- ✓ Emitir o certificado para os classificados nos prêmios de culturas ciganas das edições anteriores;
- ✓ Aumentar o valor líquido do prêmio de culturas ciganas;

- ✓ Apoiar a criação de cooperativas culturais ciganas nos estados, valorizando a produção e a venda porta-a-porta pela comunidade cigana, com matéria-prima de baixo custo, inclusive doada pela Receita Federal;
- ✓ Facilitar a abertura de linha de crédito para os produtores e empreendedores culturais ciganos;
- ✓ Que o MinC apoie as promoções de identidade cultural original cigana nas escolas.

Brasília, 22 de maio de 2013

Assinam:

1. Associação Mulheres Ciganas/RS
2. Associação da Cultura Cigana do Estado de São Paulo
3. Associação CEDRO – Centro de Estudos e Discussões Romani/SP
4. Associação Nacional de Etnia Cigana – ANEC
5. Associação Cigana Unidos Kalons – ACUK/ES
6. Associação Cultural Ananke Cigana/SP
7. Associação das Etnias Calons do DF e Entorno
8. Associação Ciganas das Etnias Calons do Estado de Goiás – ACEC /GO
9. Instituto de Apoio e Desenvolvimento à Cultura Cigana no Brasil – IADESC
10. Associação dos Ciganos de Pernambuco – ACIPE
11. Associação Guiemos Kalon – AGK/MG
12. Associação Internacional da Cultura Romani – AICROM-Brasil/GO
13. União Cigana do Brasil/RJ
14. Leshjae – Música e Dança Zíngara/AL
15. Fundação Santa Sara Kali/RJ
16. Associação do Centro de Referência Cigana/SC
17. Associação Cigana Calons do Extremo Sul da Bahia – ACCESB/BA
18. Fúria Gitana Diversidade Cultural/RJ
19. Grupo Cultural Encanto Cigano/RJ
20. Conselho Ativo Latente de Ordem Nômade/SP

2. A Plenária Nacional dos Povos Ciganos: rumo à III CONAPIR

O momento que nós estamos vivendo, aqui, é um momento extraordinário onde os diálogos entre as lideranças vão trazer certamente uma posição política dos ciganos do país jamais vista. Mulheres, homens, jovens, vocês podem construir uma grande reviravolta nas políticas públicas para as comunidades ciganas do Brasil, uma grande reviravolta, eu diria, nas lutas pela igualdade racial nesse país.

Rodrigo Corrêa, Professor PUC-MG

Instituição: SEPPIR/PR

Data: 23 de maio

Nº de participantes: 300

Duração: 8 horas

Responsável pela atividade: Silvano Euclenio (Secretária de Políticas para Comunidades Tradicionais – SEPPIR / PR)

Representantes da Comissão Organizadora Nacional da III CONAPIR: Valquíria de Souza Silva, Angela Gomes, Arilson Ventura, Clédisson Júnior, Maria Júlia Nogueira, Manoel Júlio Vieira, Estela Maris Cardoso.

Equipe: Luana Arantes, Cristiana Luiz e Marcelo Vilarino

Objetivo: Debater propostas dos Povos Ciganos para a III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial – III CONAPIR e eleger delegados/as ciganos/as para esta Conferência.



Contexto: III CONAPIR e os Povos Ciganos

A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – SEPPIR-PR, no ano em que comemora dez anos de sua criação, realizará a III CONAPIR – Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, propondo à sociedade brasileira o debate sobre *Democracia e Desenvolvimento sem racismo: Por um Brasil Afirmativo*.

Ao propor esta temática, a SEPPIR compreende que a construção de um modelo democrático e igualitário de desenvolvimento constitui um processo permanente de consolidação e garantia de direitos, do qual a igualdade racial e de gênero são dimensões preponderantes. Nesta concepção, o enfrentamento ao racismo é parte crucial do processo de participação e de fortalecimento dos mecanismos de institucionalização da promoção da igualdade racial, com vistas a assegurar o acesso à justiça e à redução das desigualdades raciais persistentes no país.

Etapa preparatória da III CONAPIR, conforme Regimento Interno, a Plenária Nacional dos Povos Ciganos, realizada no contexto do Brasil Cigano, debateu propostas e elegeu uma delegação composta por 30 lideranças.

Subtemas para o debate na III CONAPIR:

I – Estratégias para o desenvolvimento e o enfrentamento ao racismo;

II – Políticas de igualdade racial no Brasil: avanços e desafios;

III- Arranjos Institucionais para assegurar a sustentabilidade das políticas de igualdade racial: SINAPIR, órgãos de promoção da igualdade racial, fórum de gestores, conselhos e ouvidorias;

IV- Participação política e controle social: igualdade racial nos espaços de decisão e mecanismos de participação da sociedade civil no monitoramento das políticas de igualdade racial;

O debate a ser travado na III CONAPIR deverá articular e integrar os diversos aspectos da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial e terá como subsídios:

- a) Plano Plurianual 2012-2015;
- b) Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial;
- c) Documento Base da III CONAPIR.



A Plenária Nacional dos Povos Ciganos

Importante enfatizar que, durante os dois dias que antecederam a Plenária, foram realizados debates entre as lideranças ciganas, os quais proporcionaram discussões focadas e maduras e subsidiaram os trabalhos da Plenária Nacional. Durante este evento, foram constituídos Grupos de Trabalho para discussão de propostas. Seguem as principais propostas destes Grupos de Trabalhos:

- ✓ Construir estratégias para garantir a participação dos Povos Ciganos em instâncias de controle social, como os conselhos municipais, estaduais e nacionais;
- ✓ Viabilizar audiências públicas para debater a garantia de direitos e acesso às políticas dos Povos Ciganos;
- ✓ Garantir que o MEC inclua conteúdo adequado sobre os Povos Ciganos nos materiais didáticos;
- ✓ Estabelecer escolas específicas para Povos Ciganos;
- ✓ Implementar projetos de Inclusão Digital;
- ✓ Garantir a geração de emprego e renda;
- ✓ Incluir os Povos Ciganos nos materiais institucionais da SEPPIR e do Governo Federal em geral;
- ✓ Criar campanha de combate ao preconceito aos Povos Ciganos;
- ✓ Regularizar territórios;
- ✓ Garantir infraestrutura e segurança para os acampamentos ciganos;
- ✓ Avaliação, pela SEPPIR, das propostas aprovadas na II CONAPIR.

Os resultados do debate da Plenária Cigana estão em processo de sistematização e subsidiarão os debates da III CONAPIR, que será realizada de 5 a 7 de novembro de 2013, em Brasília. Em anexo, está a lista das 30 representações ciganas eleitas delegadas para a III CONAPIR.

VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS: AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

A nossa luta está começando agora, só nós ciganos sabemos o que é a dificuldade da vida de um cigano. Isso é muito importante, esse momento é um começo para nós. Agradeço a todos os irmãos ciganos pela luta. Nós estávamos invisíveis, não vamos abandonar isso aqui. Vamos nos unir, porque a prioridade é de todos e é justa.

Elias Alves da Costa, cigano Calon-DF

A realização do **Brasil Cigano** – I Semana Nacional dos Povos Ciganos foi um marco histórico na relação dos Povos Ciganos com o Estado brasileiro e na história dos próprios grupos ciganos no país. Pela primeira vez, reuniram-se centenas de representações ciganas de diferentes etnias e regiões, por cinco dias, para debater políticas públicas junto com gestores públicos de diversas áreas e instituições.

De fato, não é recorrente entre os Povos Ciganos, no Brasil, reunirem-se os grupos Rom e Calon para, juntos, pensarem estratégias de promoção de cidadania e acesso às políticas públicas. Nesse sentido, o **Brasil Cigano** proporcionou o fortalecimento das entidades representativas dos Povos Ciganos e a definição de prioridades comuns. Quanto aos gestores públicos, o evento lhes propiciou o convívio direto, e inédito, com a diversidade entre os Povos Ciganos, e o exercício de reflexão sobre atendimento às demandas de políticas públicas.

O processo foi de intensa troca, escuta e aprendizado para todas as partes. A montagem de uma estrutura de acampamento no local do evento contribuiu para este resultado, pois viabilizou a participação e interação entre comunidades ciganas e a vinda de famílias inteiras, tal como é a prática tradicional dos grupos.

Desdobramentos no nível local já começaram a acontecer, com a utilização e aplicação das informações recebidas nas oficinas sobre políticas públicas, nos serviços prestados, nas conversas

com os gestores públicos e através do “Guia de Políticas Públicas para os Povos Ciganos”. Exemplo disso são as ações que se iniciam na comunidade rom-calderaxa de Aparecida de Goiânia-GO para o fortalecimento do acesso aos serviços de saúde e para a realização de mutirão de documentação para atender as comunidades da região. Outro importante desdobramento em nível local é a organização do I Encontro dos Povos Ciganos do Estado de Alagoas, realizado em Maceió-AL, em agosto de 2013 – uma iniciativa da Secretaria Estadual de Saúde em parceria com o Grupo Leshae Kumpanja. Este evento garantiu um espaço de multiplicação das informações recebidas pelas lideranças ciganas alagoanas a partir de sua participação no **Brasil Cigano**. Em setembro de 2013, o Governo do Estado do Paraná realizou o I Seminário Estadual de Educação Escolar Cigana, uma iniciativa da Secretaria Estadual de Educação, com o apoio da AMSK/Brasil e da APRECI/PR.

Em termos simbólicos, o **Brasil Cigano** vem sendo comparado por lideranças ciganas ao I Congresso Mundial Romani, realizado na Inglaterra em 1971, que resultou na fundação da União Romani Internacional (International Romani Union – IRU), na adoção da bandeira e do hino romani como símbolos da Romá Internacional – a Nação Cigana Internacional – e no fortalecimento das ações de defesa dos direitos humanos dos Povos Romani em todo o mundo.

O **Brasil Cigano** de fato criou um marco para a história do movimento cigano no Brasil e gerou a possibilidade de construção de uma pauta mais unificada para este movimento. Que os próximos passos levem a avanços ainda mais significativos, de forma que o Estado brasileiro venha a garantir, de maneira plena, os direitos dos Povos Ciganos, superando os grandes desafios da invisibilidade social, do preconceito e da discriminação.

ANEXOS

1. Programação

I SEMANA NACIONAL DOS POVOS CIGANOS

- Plenária Nacional dos Povos Ciganos da Conferencia Nacional de Promoção da Igualdade Racial;
- Conferencia Livre da Cultura;
- Oficinas de acesso as politicas publicas;
- Prestação de Serviços: emissão de cartão SUS, serviços de saúde, emissão de certidão de nascimento e carteira de identidade;
- Teatro, dança e música;
- Exposição fotográfica.

DATA: 20 a 24 de maio/2013

LOCAL: Granja do Torto, Brasília/DF

OBJETIVO: Fortalecer a organização e participação dos povos ciganos nas discussões sobre políticas públicas, valorizar e dar visibilidade de sua cultura em sua diversidade e ampliar a interlocução das lideranças tradicionais ciganas com o Estado brasileiro.

PARTICIPANTES DOS POVOS CIGANOS: 300 representantes de 19 estados e do Distrito Federal

PÚBLICO: Gestores públicos, estudantes e comunidade do Distrito Federal.

20 de maio

- Montagem do acampamento cigano
- Credenciamento

21 de maio

8:00 – Café da manhã

10:00 – Solenidade de Abertura

- Hasteamento da bandeira cigana com intervenção artística.

- Mesa de Abertura: Governo Federal, Governo do Distrito Federal e representações dos povos ciganos.

11:30 – Plenária

- Apresentação da programação e dos objetivos da Semana Nacional dos Povos Ciganos.

Coordenação: Sociedade Civil

14:00 às 16:00 - Oficinas Acesso às Políticas Públicas

- Educação para a diversidade: os povos ciganos (Ministério da Educação)
- Busca Ativa e Cadastro Único para Programas Sociais (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome)
- Mecanismos de Defesa dos Direitos Humanos: Disque-Denúncia (Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Governo do Distrito Federal)
- Autonomia no corpo e na vida (Governo do Distrito Federal)

16:30 às 17:30 - Roda de Conversa

- Com Lideranças dos Povos Ciganos

17:30 às 18:30 – Painel Direitos dos povos ciganos no Brasil: entendendo o que é um Estatuto e a legislação existente.

Coordenação: AMSK - Associação Internacional Maylê Sara Kalí

18:30 às 20:00 – Plenária dos Povos Ciganos

22 de maio

09:00 às 18:00 - Conferência Livre de Cultura

23 de maio

09:00 às 18:00 - Plenária Nacional dos Povos Ciganos da III Conferência

Nacional de Promoção da Igualdade Racial - III CONAPIR

24 de maio

8:30 às 10:30 - Oficinas Acesso às Políticas Públicas

Saúde dos Povos Ciganos (AMSK- Associação Internacional Maylê Sara Kalí e Ministério da Saúde)

Cidadania e Direitos Humanos (Secretaria de Direitos Humanos, Ministério da Justiça, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial)

10:30 a 11:00 - Peça Teatral

Lendas Ciganas de Cláudio Iovanovitchi e Neiva Camargo

11:00 - Plenária

Fortalecimento do movimento cigano no Brasil. Coordenação: Sociedade Civil.

15:00 – Cerimônia de encerramento

Governo Federal, Governo do Distrito Federal e representações dos povos ciganos

16:30 – Show de encerramento

Grupo Leshjae Kumpanja (Alagoas)

Grupo Sara Kali (Distrito FEDERAL)

Ciganos Caldarax de Aparecida de Goiânia (Goiás)

Cigano e Ciganito (Goiás)

Olhar Cigano (Distrito Federal)

Kallons Musical Show (São Paulo)

2. DELEGADOS E SUPLENTES ELEITOS NA PLENÁRIA NACIONAL DOS POVOS CIGANOS - III CONAPIR

N.	NOME	Del. / Sup	Associação	Estado
1.	Geovane Ribeiro Dórea	Titular	ACCESB	BA
2.	Edvalda Bispo dos Santos Viana	Titular	ACCESB	BA
3.	Delir Fernandes	Titular	Associação Informal	SC
4.	Albino Granado	Titular	Associação Ananke	SP
5.	Eraldo Souza Silva	Titular	Associação Cigana Unidos Kalons	ES
6.	Sônia Maria Alves do Rosário	Titular	Associação Cigana Unidos Kalons	ES
7.	Eliezer Francisco Dantas	Titular	ACIPE	PE
8.	Jucélio dos Santos Fernandes	Titular	IADESCC	RJ
9.	Márcia Castilho	Titular	Associação Internacional da Cultura Romani	GO
10.	Nélio Jancovithe	Titular	Associação Internacional da Cultura Romani	GO
11.	Carlos Amaral	Titular	Associação Guiemos Kalon - AGK	MG
12.	Evandro Souza da Rocha	Titular	Associação Guiemos Kalon - AGK	MG
13.	Fernando Alves da Silva	Titular	ACEC	GO
14.	Darlene Rodrigues da Silva Oliveira	Titular	ACEC	GO
15.	José Carlos da Silva	Titular	Associação Cedro	SP
16.	Maura Ney Piemonte	Titular	Associação Cedro	SP
17.	Elias Alves da Costa	Titular	ACEC	DF
18.	Leila dos Santos Alves	Titular	ACEC	DF
19.	Artur Prati da Silva	Titular	ANEC	GO
20.	Jeferson da Rocha	Titular	ANEC	GO
21.	Lori Emanoele da Silva	Titular	Associação de Mulheres Ciganas	RS

22.	Mara Luíza Carvalho Mello da Fontana	Titular	Associação de Mulheres Ciganas	RS
23.	Maria Paula Aparecida Fernandes	Titular	Associação Informal	SC
24.	Wilson Araújo Pontes	Titular	Fundação Santa Sara Kali	RJ
25.	Vanda Savá	Titular	Associação Cultura Cigana	SP
26.	José Daniel Juarez Rolim	Titular	Conselho Ativo Latente de Ordem Nômade	SP
27.	Mio Vacite	Titular	União Cigana do Brasil	RJ
28.	José Rüter Vasconcelos Cerqueira Junior	Titular	Leshjae	AL
29.	Anne Kellen Cavalcante Cerqueira	Titular	Leshjae	AL
30.	Lourdes Correia	Titular	Associação Ananke	SP
	Jacqueline Menegon	Suplente	Associação Cultura Cigana de Campinas	SP
	Jacqueline Alves de Assumpção	Suplente	União Cigana do Brasil	RJ
	Dora Marchavicht Yanowich	Suplente	União Cigana do Brasil	RJ
	Daiane da Rocha	Suplente	ANEC	GO
	André Mendes de Oliveira	Suplente	ANEC	GO
	Ricardo Dieb Dorea	Suplente	ACCESB	BA
	Silene Silva Rocha	Suplente	ANEC	
	Marcelo Vieira da Costa	Suplente	ACEC	DF
	Thiago Alves da Silva	Suplente	Associação Cedro	SP
	Greison Alves da Silva	Suplente	ACEC	GO
	Renato Jancovithe	Suplente	Associação Internacional da Cultura Romani	GO
	Jayme dos santos Cardoso Junior	Suplente	Associação Ananke	SP